



INFORMATIVO GIAC 148, de 16 de abril de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o GIAC COVID-19 tem a informar o que se segue:

Assessor Especial do Ministro da Saúde, General Ridauto Lúcio Fernandes, atualizou o Giac, em 16/04, sobre a situação do suprimento de oxigênio medicinal no Brasil

O Assessor Especial do Ministro da Saúde, General Ridauto Lúcio Fernandes, encaminhou informações atualizadas ao Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) a respeito das providências adotadas para suprimento do oxigênio medicinal no país.

De acordo com o general, durante a última semana observou-se um lento e consistente declínio da demanda por oxigênio, notadamente, nos estados de Rondônia, Acre e Mato Grosso. Segundo Ridauto, a situação ainda é preocupante, mas os relatos de desabastecimento do insumo diminuíram e as empresas locais encontram-se abastecidas, em razão do apoio da Força Aérea Brasileira e da entrega das carretas ao Ministério da Saúde. O general ressaltou, contudo, que em regiões abastecidas por meio de cilindros de oxigênio, como os interiores do Ceará e Rio Grande do Norte, o contexto ainda é crítico.

Concentradores de oxigênio – Segundo o general Ridauto, ação coordenada dos Ministérios da Saúde e Economia angariou, perante empresas brasileiras, a doação de cinco mil concentradores de oxigênio que começarão a ser distribuídos. Neste momento de emergência, os equipamentos substituirão os cilindros de oxigênio em pacientes com condições clínicas menos graves. No pós pandemia, os concentradores serão alocados nas unidades de Atenção à Saúde da Família e cedidos a pessoas com deficiência respiratória.

Doação de oxigênio ao Paraguai – Ainda, conforme informações do general, em caráter de atendimento humanitário, o Ministério da Saúde autorizou a exportação de oxigênio para o Paraguai. Segundo Ridauto, a medida não impactará o mercado nacional, visto que o Brasil não possui dificuldade de produzir oxigênio e, sim, de transportar. E nesse caso, o Paraguai comprometeu-se a buscar o insumo no Rio de Janeiro com meios próprios.

Clique [aqui](#), para conferir a situação dos estados brasileiros quanto à situação de abastecimento de oxigênio.

Ministério da Saúde encaminhou ao Giac informações sobre o fornecimento de medicamentos do "kit intubação" para o estado de Mato Grosso do Sul

Em resposta ao ofício nº 83/2021/CNF/GIAC-COVID19, expedido pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac), o Ministério da Saúde encaminhou informações sobre o fornecimento de medicamentos do "kit intubação" para o estado de Mato Grosso do Sul, com vistas a subsidiar a instrução dos Inquéritos Cíveis nº 1.21.000.000608/2021-91 (MPF) e 06.2020.00001066-1 (MP/MS). Dentre outros esclarecimentos, a pasta comunicou que foram enviados ao ente 241.470 unidades de fármacos para intubação oriundos de requisição administrativa, acordo tripartite, procedimento licitatório e aquisição via Organização Pan-Americana da Saúde.

Íntegra

[Ofício nº 535/2021/DATDOF/CGGM/GM/MS](#)

Giac solicitou providências ao Ministério da Saúde a respeito do risco de desabastecimento de medicamentos para intubação no município de Itaituba/PA e no distrito de Castelo dos Sonhos/PA

Atendendo à solicitação da Procuradoria da República no Município de Itaituba/PA, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) expediu, na quinta-feira (15), o [Ofício nº 127/2021/CNF/GIAC-COVID19](#) ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, solicitando análise e providências relativas ao risco de desabastecimento dos medicamentos para intubação no Hospital Regional do Tapajós, situado em Itaituba/PA, e no Hospital Geral de Castelo dos Sonhos.

Acompanhamento das informações e medidas implementadas pelo Governo Federal no combate à pandemia

Dando continuidade ao compromisso de acompanhar as informações e medidas implementadas para combate à pandemia decorrente do coronavírus, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) acompanhou, na terça-feira (13), reuniões promovidas pela Câmara dos Deputados. Confira, a seguir, o resumo dos encontros:

- **Câmara dos Deputados**
 - [A situação dos órgãos decorrentes da Covid-19 \(13/4/2021 às 09:40\)](#)
 - [As novas variantes da Covid-19 \(13/4/2021 às 14:20\)](#)

Próximas reuniões

Na próxima segunda-feira (19), a Câmara dos Deputados e o Senado Federal promoverão reuniões para discussões de temas afetos à pandemia decorrente do novo coronavírus. Para participar, acesse os links:

- **Câmara dos Deputados (Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa) –**

[Tratamento dos pacientes com sequelas provocadas pela Covid-19 \(19/4/2021 às 9:00\)](#)

- **Câmara dos Deputados (Comissão de Direitos Humanos e Minorias)** – [Imunização dos povos indígenas contra a Covid-19 \(19/4/2021 às 14:00\)](#)
- **Senado Federal (Comissão Temporária Covid-19)** – [Protocolos utilizados para o tratamento da Covid-19 no Brasil \(19/4/2021 às 10:00\)](#)

Fonte: Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Giac pediu esclarecimentos a governadores sobre discrepância entre número de doses de vacina enviadas e efetivamente aplicadas em cada estado

O Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia de Covid-19 (Giac) enviou na quinta-feira (15) ofício a todos os governadores pedindo esclarecimentos sobre a discrepância entre o número de doses de vacina contra a Covid-19 enviadas a cada unidade da Federação e o total de doses efetivamente aplicadas. O documento é assinado pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, e pela subprocuradora-geral da República Célia Regina Souza Delgado, coordenadora finalística do Giac.

No expediente, o Giac apontou que, segundo o Ministério da Saúde, já foram distribuídas aos estados um total de 48.088.916 doses de vacinas contra a Covid-19, mas apenas 32.160.509 foram aplicadas. Os dados estão disponíveis no vacinômetro da plataforma LocalizaSus, mantida pelo Ministério da Saúde. Além do total geral, os ofícios relacionam o total enviado e aplicado em cada estado, registrando a diferença nos números. O prazo para resposta é de dez dias.

Íntegra

[Ofício](#)

Giac e o ministro da Saúde se reuniram para tratar de temas relativos à pandemia

O procurador-geral da República, Augusto Aras, e o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, se reuniram na última quarta-feira (14) na Procuradoria-Geral da República para tratar de assuntos relativos ao enfrentamento da pandemia de covid-19. Também participou da audiência a subprocuradora-geral da República Célia Regina Souza Delgado, coordenadora finalística do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac), instituído pelo PGR em março do ano passado, no início da crise sanitária.

Augusto Aras apresentou ao ministro o trabalho do Giac, responsável pela integração e promoção de diálogo entre todo o Ministério Público brasileiro e agentes públicos e empresas envolvidos no combate à pandemia. Aras destacou a parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da conselheira Sandra Krieger, para o estabelecimento de uma rede de membros focalizadores espalhados pelo país que trocam informações sobre questões atinentes à pandemia, visando a uma atuação preventiva.

O ministro da Saúde, por sua vez, afirmou que o objetivo principal da pasta é promover a vacinação em

massa da população, e confirmou o anúncio feito à imprensa de que a Pfizer antecipará a entrega prevista de doses elevando o total de imunizantes fornecidos para 15,5 milhões até junho.

Marcelo Queiroga também relatou os esforços realizados para trazer para dentro do ministério médicos e sociedades científicas a fim de criar protocolos assistenciais baseados em procedimentos sobre os quais há consenso, a exemplo, o momento adequado para se administrar oxigênio para pacientes internados. O ministro falou ainda de questões regulatórias da saúde suplementar, como o debate sobre a incorporação de vacinas no rol de coberturas obrigatórias dos planos de saúde.

Segundo Augusto Aras, a marca de sua gestão é “a de um Ministério Público que previne, e não apenas pune”. Nesse sentido, a subprocuradora-geral Célia Delgado explicou ao ministro da Saúde, que tomou posse no mês passado, como foram as atuações do Giac em relação à falta de oxigênio medicinal. De acordo com ela, membros do Ministério Público nos estados acionaram o Giac, que buscou obter informações sobre providências junto ao Ministério da Saúde com antecedência, evitando, assim, que procuradores e promotores precisassem ir à Justiça em busca de decisões liminares. “Com base no diálogo temos uma atuação preventiva”, disse a subprocuradora.

Texto com adaptações: Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral da República

[MPF no Amazonas ajuizou ação contra o ex-ministro da Saúde e o secretário estadual de Saúde do Amazonas por responsabilidade na crise de oxigênio no estado](#)

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) ajuizou ação de improbidade administrativa contra o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello e o secretário estadual de Saúde do Amazonas, Marcellus Campelo, pela omissão dos agentes públicos entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, quando se verificou, no Amazonas, a crise no fornecimento de oxigênio medicinal e o aumento no número de mortes por Covid-19, durante a chamada segunda onda da pandemia.

A ação, apresentada na terça-feira (13) à Justiça Federal no Amazonas, incluiu ainda três secretários do Ministério da Saúde e o coordenador do Comitê de Crise do Amazonas, Francisco Ferreira Máximo Filho. Os autos aguardam análise da 9ª Vara Federal no Amazonas, sob o número 1006436-58.2021.4.01.3200.

Íntegra

[Petição inicial](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal no Amazonas

[MPF em Minas Gerais e defensorias públicas expediram recomendação para que governo estadual oriente municípios a vacinar comunidades quilombolas e ribeirinhas](#)

O Ministério Público Federal em Minas Gerais (MPF/MG), por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública Estadual (DP/MG) enviaram recomendação conjunta ao governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e ao

secretário Estadual de Saúde. O documento requer a adoção de providências relativas ao reforço da orientação para que os municípios realizem a vacinação *in loco* nas comunidades quilombolas e ribeirinhas, mediante contato prévio com as lideranças comunitárias.

As três instituições também recomendaram aos municípios que compõem a área de jurisdição da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, e nos quais se tem notícias de comunidades quilombolas e tradicionais, para que, além de adotarem as mesmas providências, observem e respeitem, a autodeclaração dos povos tradicionais e quilombolas.

Íntegra

[Recomendação Conjunta nº 6/2021, de 12 de abril de 2021](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal em Minas Gerais

MPF e MP estadual no Pará encaminharam recomendação para proteger indígenas da Covid-19 no sudeste do Pará

Em recomendações conjuntas, os Ministérios Públicos Federal (MPF/PA) e Estadual (MP/PA) no Pará requisitaram uma série de medidas para proteger quatro povos indígenas da região sudeste do estado contra a pandemia ocasionada pela Covid-19. As recomendações foram enviadas à Fundação Nacional do Índio (Funai), à Secretaria de Estado de Saúde do Pará (Sespa) e aos municípios de Água Azul do Norte, Bannach, Cumaru do Norte, Pau D'Arco, Redenção, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia. Nesses municípios vivem milhares de indígenas dos povos Atikum, Karajá, Kayapó e Xikrin, a quem a Funai, o governo estadual e as prefeituras têm a obrigação de proteger, dentro de suas competências constitucionais. As recomendações listam ações que devem ser planejadas e executadas por cada ente federativo, observando os planos de contingência nacional, estadual e municipais para infecção humana pelo novo coronavírus.

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal no Pará

MPF/SE, MP/SE, MPT/SE, Justiça do Trabalho e UFS destinaram recursos para aquisição de máscaras de oxigênio para hospitais em Sergipe

Os ministérios públicos do Trabalho, Federal e Estadual em Sergipe, em conjunto com a Justiça do Trabalho, destinaram recursos para aquisição de 80 máscaras de oxigênio desenvolvidas por pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Os equipamentos começaram a ser distribuídos na quinta-feira, 8 de abril, para hospitais da rede pública do estado. Até o momento o Huse, a Unidade de Pronto Atendimento Fernando Franco e o Hospital São José receberam os equipamentos. A previsão é de que, até o final deste mês, outros hospitais recebam os equipamentos.

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal em Sergipe

Ministério da Saúde iniciará hoje (16) a distribuição de medicamentos para intubação orotraqueal aos estados

O Ministério da Saúde iniciará, nesta sexta-feira (16), a distribuição de 2,3 milhões de fármacos empregados no procedimento de intubação orotraqueal (IOT). Segundo a pasta, os medicamentos foram adquiridos, na China, por um grupo de empresas formado pela Petrobras, Vale, Engie, Itaú Unibanco, Klabin e Raízen.

Pauta de distribuição dos fármacos do "kit intubação"

Medicamento	Fentanila	Propofol	Midazolam	Cisatracúrio
	Pauta Linear	Pauta Linear	Pauta Linear	Pauta Linear
Estados	Equalizada	Equalizada	Equalizada	Equalizada
Acre	21.280	751	22.796	123
Alagoas	22.260	12.282	14.576	3.564
Amapá	1.452	7.710	31.377	167
Amazonas	22.134	3.942	8.732	13.063
Bahia	15.048	6.237	34.770	46.579
Ceará	55.938	24.012	21.865	33.896
Distrito Federal	185	15.550	28.123	3.802
Espírito Santo	19.016	9.414	17.471	20.329
Goiás	625	7.368	7.736	16.813
Maranhão	17.392	2.623	4.970	3.416
Mato Grosso	6.714	7.447	22.258	7.294
Mato Grosso do Sul	62.630	54.968	74.824	42.992
Minas Gerais	1.862	19.864	70.672	17.707
Pará	406	4.967	9.780	9.998
Paraíba	375	6.131	20.098	6.278
Paraná	1.524	14.826	23.765	6.937
Pernambuco	408	4.080	13.988	897
Piauí	183	5.030	9.158	3.112
Rio de Janeiro	82.825	70.360	97.048	73.709
Rio Grande do Norte	192	1.891	13.817	5.911
Rio Grande do Sul	1.911	22.617	77.909	21.456
Rondônia	12.705	12.535	29.308	142
Roraima	37.500	1.200	8.324	30.000
Santa Catarina	1.292	26.838	49.578	36.568
São Paulo	5.513	152.808	66.801	182.385
Sergipe	229	4.210	14.317	8.195
Tocantins	8.400	339	5.941	4.667
Total Geral	400.000	500.000	800.000	600.000

Considerando a demanda estimada desses fármacos, cada estado terá tempo de cobertura entre 10 e 15 dias: "Com esta doação, nós conseguimos garantir, conforme os dados enviados, pelo menos 10 dias de abastecimento em relação ao bloqueador neuromuscular, analgesia e sedação por midazolam, e 15 dias com propofol." informou o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), Hélio Angotti Neto.

Crerios de distribuição – De acordo com o Ministério da Saúde, a distribuição dos medicamentos para intubação envolve dados disponibilizados por hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) referentes ao consumo médio mensal e respectivos estoques. Tais dados são analisados em reuniões tripartites, que

ocorrem três vezes por semana, com representantes do Conass, Conasems e o Ministério da Saúde.

Para mais informações, confira a [apresentação](#) do Ministério da Saúde sobre o monitoramento, distribuição, estratégias para aquisição e demais informações atinentes aos medicamentos destinados à intubação orotraqueal.

Ministério da Saúde emitiu orientações para vacinação contra a Covid- 19 de gestantes, puérperas e lactantes

Nesta sexta-feira (16), o Ministério da Saúde emitiu orientação relativa à vacinação contra a Covid-19 de gestantes, puérperas e lactantes. Conforme informações do órgão, mulheres que se enquadrem nessas situações poderão ser vacinadas desde que pertençam a um dos grupos prioritários e, sobretudo, possuam comorbidades. Gestantes sem doenças pré-existentes, mas que integrem o público-alvo da campanha de vacinação, deverão avaliar a submissão à imunização em conjunto com o seu médico.

Segundo o Ministério da Saúde, repasses de recursos do Programa Previne Brasil serão prorrogados

Repasses de recursos do Previne Brasil, programa voltado aos serviços da Atenção Primária, serão prorrogados até agosto de 2021. Conforme informações do Ministério da Saúde, por meio da iniciativa, foram repassados R\$ 5,1 bilhões aos municípios nos primeiros meses de 2021.

Segundo o secretário de Atenção Primária à Saúde, Raphael Câmara, a medida concederá aos gestores um prazo maior para planejamento das ações destinadas ao enfrentamento da Covid-19: "Essa decisão é mais um reforço do compromisso da Secretaria de Atenção Primária com a saúde da população. Os gestores contarão com a extensão do prazo no planejamento das ações voltadas para o enfrentamento da covid-19 e na organização da rede".

Campanha de vacinação contra a Covid-19: Ministério da Saúde anunciou a distribuição de mais uma remessa de imunizantes aos estados e Distrito Federal

O Ministério da Saúde anunciou, na última quinta-feira (15), o início da distribuição de mais 6,3 milhões de doses divididas entre as vacinas CoronaVac (2,5 milhões) e AstraZeneca/Oxford (3,8 milhões) aos estados e Distrito Federal. De acordo com o [11º Informe Técnico](#) relativo à 13ª pauta de distribuição, o novo lote destina-se a imunizar 100 mil moradores do Amazonas, idosos entre 60 e 69 anos, trabalhadores da saúde e profissionais da segurança pública.

Até o momento, a pasta da Saúde coordenou a distribuição de, aproximadamente, 53,9 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 às Unidades Federativas. No total, cerca de 30,1 milhões de brasileiros foram imunizados.

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados extraídos do sistema Localiza SUS, em 16 de abril de 2021, informam que o Brasil registra 13.746.681 casos de infecção pelo novo coronavírus e 365.444 óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Ministério da Saúde

Covid-19: STJ sustou efeitos de liminar para autorizar a vacinação de todos os profissionais de saúde do município de Fortaleza

Ao apreciar a Suspensão de Liminar e de Sentença nº 2919/CE, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) sustou os efeitos da liminar proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) que havia determinado a interrupção da vacinação contra a Covid-19 em profissionais de saúde que não estivessem efetivamente trabalhando no enfrentamento da pandemia no município de Fortaleza. Com a decisão, o STJ restabeleceu a vacinação para trabalhadores da saúde da municipalidade. De acordo com o ministro Humberto Martins, não se verificou prática de ação administrativa por parte do ente público, visto que os municípios possuem competência para definir a política pública referente ao trato da pandemia.

Íntegra

[Decisão](#)

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

ACO 3359 – STF determinou a reintegração de famílias excluídas do Bolsa Família durante a pandemia

O ministro Marco Aurélio, relator da [Ação Cível Originária \(ACO\) nº 3359](#), ajuizada pelos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, determinou à União que as famílias excluídas do Bolsa Família sejam reintegradas ao programa durante a pandemia decorrente da Covid-19.

De acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), em março de 2020, já havia sido deferida liminar para que fossem suspensos os cortes da Bolsa Família na região Nordeste. Contudo, entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, foi verificada a redução, no estado da Bahia, de 12.706 pessoas inscritas no Bolsa Família. Já nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul houve aumento no número de contemplados pelo programa.

Segundo o magistrado, tal cenário sinaliza um tratamento discriminatório, visto que os estados do Nordeste concentram o maior número de pessoas em situação de pobreza.

Decisão

ADI 6432 – Lei editada pelo estado de Roraima para proibir o corte de energia, durante a pandemia, foi validada pelo STF

Em julgamento da [Ação Direta de Inconstitucionalidade \(ADI\) nº 6432](#), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional, por maioria de votos, a Lei Estadual nº 1.389/2020 que proíbe o corte de energia elétrica no estado de Roraima, por inadimplência, enquanto durar o estado de emergência ocasionado pela pandemia da Covid-19.

Segundo a ministra Carmem Lúcia, relatora da ação, o fornecimento de energia elétrica constitui-se como direito fundamental relacionado à dignidade humana, ao direito à saúde, à moradia, à alimentação, à educação e à profissão.

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Diário Oficial da União

Visando dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Convênio ICMS 66/21](#) – dispõe sobre a adesão do Estado do Mato Grosso à cláusula oitava e altera o Convênio ICMS 79/20, que autoriza as unidades federadas que menciona a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais, mediante quitação ou parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, inclusive os decorrentes da situação de emergência em saúde pública causada pela pandemia do novo coronavírus na forma que especifica.

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 20, de 2021](#) – prorroga, pelo período de sessenta dias, a Medida Provisória nº 1.028, de 9 de fevereiro de 2021, publicada, no Diário Oficial da União no dia 10, do mesmo mês e ano, que “Estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19”, *6-Dra. Zélia pediu, se possível, para enviarmos hoje*: Relativo à indicação de representante do MPF para compor o Comitê do INSS, o PGR enviou consulta à Câmara. Segue abaixo minuta do despacho para aprovação da sra:

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 2021](#) – prorroga, pelo período de sessenta dias, a Medida Provisória nº 1.033, de 24 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União no dia 25, do mesmo mês e ano, que “Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, para conceder

tratamento à produção de oxigênio medicinal empregado em medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública relacionados com a Covid-19”

[Extrato de Registro de Preços](#) – Ata de Registro de Preços nº 38/2021 – Pregão Eletrônico – SRP nº 15/2021; Processo: 25000.124895/2020-50. Seringas e agulhas.

[Extrato de Contrato nº 67/2021 \(UASG nº 250005\)](#) - nº processo: 25000.022037/2021-52. Pregão nº 159/2020. Contratante: Departamento de Logística em Saúde (DLOG). Contratado: 21.551.379/0008-74 – Becton Dickinson Industrias Cirúrgicas Ltda. Objeto: aquisição de seringa.

[Lei Complementar nº 180, de 14 de abril de 2021](#) – altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus Sars-CoV-2 (Covid-19).

[Portaria nº 686, de 14 de abril de 2021](#) – em decorrência da Covid-19, reconhece o Estado de Calamidade Pública nos municípios de Paraíso do Norte (PR), Salto do Itararé (PR) e Francisco Morato (SP). Reconhece, também, a Situação de Emergência no município de Castanhal (PA).

[Portaria nº 696, de 15 de abril de 2021](#) – em decorrência da Covid-19, reconhece o Estado de Calamidade Pública no município de Itaberá (SP).

[Portaria nº 210, de 15 de abril de 2021](#) – dispõe sobre os critérios de priorização da análise de propostas culturais recebidas pela Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, em razão dos efeitos da pandemia da Covid-19.

[Portaria MC nº 627, de 15 de abril de 2021](#) – dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial 2021, instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.

[Pregão Eletrônico nº 5/2021 \(UASG nº 257040\)](#) - Processo: 25050000703202025. Objeto: aquisição de kits de oxigênio e oxigênio medicinal (comprimido) destinados às Unidades Básicas de Saúde Indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena Xavante (DSEI) Xavante/SESAI/MS, a serem executados de acordo com a demanda.

Fonte: Imprensa Nacional

O GIAC permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informação atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (GIAC) - <http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=l.start_date&t%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bff36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalhador-conheca-as-acoes-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-acoes-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres – http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqAEcy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing> e http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>
Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>
Fundo Nacional de Saúde - <https://portalfns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid->
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>
Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacontracoronavirus>
Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>
Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>
Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>
Ministério da Educação - http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791
Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confira-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>
Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>
Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>
Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>
Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>
Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>
Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>
Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>
Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>
Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associações dos Juizes Federais do Brasil – <https://www.ajufe.org.br/imprensa/noticias-covid-19>

Associação dos Magistrados Brasileiros – https://www.amb.com.br/coronavirus-confira-decisoes-do-judiciario-relacionadas-ao-enfrentamento-da-pandemia/?doing_wp_cron=1586478574.7145249843597412109375

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – <https://www.anamatra.org.br/imprensa/coronavirus>

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/criises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>